

POR UMA GEOGRAFIA ATIVA AMAZÔNICA: PLANO DE TRABALHO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA A PARTIR DA OBRA DE MILTON SANTOS¹

Sandoval dos Santos AMPARO²

Resumo

Este Plano de Trabalho foi idealizado pensando, inicialmente, para abordar a realidade do sul do estado do Pará, particularmente, na região banhada pela bacia dos rios Tocantins e Araguaia. Contudo, dada à amplitude de suas proposições, decidimos revisá-lo em sua forma, não tanto em seu conteúdo, para que pudesse ter maior abrangência, repercutindo assim na atividade de profissional docente não apenas da região sul do Pará, mas da Amazônia como macrorregião. Seu ponto de partida é o manifesto Por uma Geografia Ativa, de Milton Santos, que marcou a formação em Geografia no Brasil ao longo da década de 1990.

Palavras-chave: Geografia, Amazônia, ensino.

POR UNA GEOGRAFÍA ACTIVA AMAZÓNICA: PLAN DE TRABAJO PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN EL INTERIOR DE LA AMAZÓNIA CON LA OBRA DE MILTON SANTOS

Resumen

El presente Plan de Trabajo fue diseñado pensando inicialmente para hacer frente a la realidad del sur del estado de Pará, en particular en La región de los ríos Tocantins y Araguaia. Sin embargo, dada la magnitud de las propuestas y decidió examinar en su forma, no tanto en su contenido, por lo que podría tener un alcance más amplio, reflejando de ese modo profesional no sólo en el sur de Pará, pero Amazon como macro-la actividad del profesor. Su punto de partida es el Manifiesto por una Geografía en vivo, Milton Santos, que marcó la formación en Geografía en Brasil durante la década de 1990.

Palabras-Clave: Geografía, Amazonia, La enseñanza.

APRESENTAÇÃO

O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto.
(M. Santos et Alli. 2000)

Não sendo o único centro de produção do conhecimento, a universidade é, no entanto, o lugar precípuo desta possibilidade, que, para se realizar, precisa criar as condições necessárias dessa atividade.
(A. F. Carlos, 2012)

Apesar de sua suposta pretensão, este Plano de Trabalho foi idealizado afim de resolver um problema específico: o de um candidato ante uma banca acadêmica. Assim sendo, foi elaborado pensando, inicialmente, na realidade do sul do estado do Pará, particularmente, na região banhada pela bacia dos rios Tocantins e Araguaia.

¹ Plano de trabalho apresentado originalmente como parte do processo seletivo para a vaga de Professor de Geografia Humana e Ensino de Geografia da UEPA – Campi Conceição de Araguaia, no qual obteve o segundo lugar. Dedicado a Janayara e Josué.

² Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB). Colaborador-fundador do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFAM-Campus Madeira Humaitá e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Geógrafo da FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

Contudo, uma vez concluído, e findo o processo que lhe gestou, atentamos para a amplitude de suas proposições, razão pela qual decidimos revisá-lo em sua forma, não tanto em seu conteúdo, para que pudesse ter maior abrangência, repercutindo assim na atividade de profissional docente não apenas da região sul do Pará, mas da Amazônia como macrorregião.

Foi elaborado tendo em mente dois textos que consideramos cruciais para a formação do geógrafo e as possibilidades de desenvolvimento da disciplina neste século XXI, dos quais extraímos as citações iniciais. Em fins do século XX prevalecia na disciplina diversas “ilusões”, tratadas por Paulo César Gomes em artigo do período (GOMES *in* CASTRO, CORRÊA & GOMES, 1997). Dentre essas ilusões, algumas parecem persistir ainda hoje, tais quais a ilusão da *síntese*, que resolveria o problema do método na disciplina.

A formação do geógrafo, nos dias atuais, persiste marcada por inúmeras divisões, dentre as quais destacamos aqui aquela divisão entre a geografia do Estado, praticada pelos geógrafos técnicos, que historicamente atuam nos setores de planejamento e desenvolvimento do Estado (direta ou indiretamente); e, a geografia dos professores, que limitada pela ação cívico-política no interior de seus currículos, servem à fragilização teórico-metodológica da disciplina, provocando o desinteresse e a banalização do conhecimento, que se dá por meio do não reconhecimento pelos diversos segmentos da sociedade da importância estratégica do conhecimento geográfico para as diferentes forças sociais e o movimento da história (Lacoste, 1978).

Atendendo aos interesses dos atores hegemônicos, representados pelo grande capital e o Estado, assim se reproduz a Geografia “da guerra”, cuja característica principal é a neutralização dos conceitos produzidos com o desenvolvimento da disciplina, afastando-os da sociedade e tornando viável um projeto perverso no qual ao longo de todo o processo educacional, a criança é levada a compreender a disciplina de maneira fragmentária, ciência do efêmero, que trata somente da *localização* dos fenômenos, e não de sua análise e compreensão.

Esta visão, defendida por Yves Lacoste, demonstra que as noções de espaço, território, lugar e região (o autor não atribui tanta importância ao conceito de paisagem), são tanto confundidas quanto evitadas por ambos os profissionais, provocando uma fossa entre a geografia teórica, notadamente aquela de viés crítico, e aquela ensinada aos alunos desde cedo.

Esta percepção acerca do conhecimento geográfico prolifera e alcança rapidamente no Brasil, com a divulgação de uma versão pirata do texto lacosteano durante o Encontro Nacional de Geógrafos que se realizou em Fortaleza, naquele mesmo ano de 1978, imediatamente após o fim do exílio de milhares de intelectuais, provocada pela Lei da Anistia, decorrente da pressão contra o regime militar que ainda vigorava. Dentre estes intelectuais se encontrava M. Santos, que além de lançar seu *Por Uma Geografia Nova* (1978), fora um dos responsáveis pela divulgação do texto de Lacoste.

A repercussão destas ideias entre estudantes de inúmeras universidades do país, bem como a dimensão alcançada pelo próprio pensamento de Milton Santos a partir deste momento logrou grande êxito, provocando importantes reviravoltas na estrutura disciplinar e possibilitando avançar da *razão fragmentária*, cuja epistemologia dominou a disciplina durante certo período do século XX, entre as décadas de 1940 a 1970, em direção às “tendências pluralistas” da ultramodernidade, como afirma R. Moreira (2006).

No seio deste debate residem a coerência e a lógica da Geografia enquanto campo disciplinar ou “província do saber”, (como dizia M. Santos). É neste sentido que nossa proposta se pauta, como dito acima, em manifestos escritos em dois distintos momentos vivenciados pelos geógrafos contemporâneos. As razões pelas quais aderimos a tais propostas e cremos na relevância de ambas para nossa o ensino, a pesquisa e a extensão da Geografia na Amazônia serão apresentadas a seguir.

POR UMA GEOGRAFIA ATIVA

O primeiro texto a que nos referimos foi produzido pelo Grupo de Estudos Territoriais Brasileiros (LABOPLAN/USP), durante o XI Encontro Nacional de Geógrafos de Florianópolis e teve grande divulgação entre os estudantes da primeira década do século XX. Embora fosse encabeçado por M. Santos, foi também assinado por importantes geógrafos brasileiros, inclusive de campos fragmentários não necessariamente alinhados à geografia humana. Neste texto, os autores defendem, como consta no *caput* desta proposta, *a importância da geografia enquanto disciplina teórica e da geografia ativa como necessidade para a compreensão/intervenção da sociedade e do espaço geográfico*. O grupo, portanto, deslegitima o pensamento daqueles que, apegando-se a *corpus* específicos da disciplina, crêem que apenas por esta via podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade e suas intervenções por parte dos professores e demais profissionais de Geografia, visão que se

adéqua apenas à necessidade dos atores hegemônicos e das empresas. O grupo propõe a noção de *território usado* que, segundo os mesmos:

(...) é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial.” (SANTOS et Alli., 2000, s/p.)

E continuam:

Essa discussão deve estar centrada sobre o objeto da disciplina - o espaço geográfico, o território usado - se nosso intuito for construir, a um só tempo uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados para trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em consideração. (Santos et alli., 2000, s/p)

Portanto, defendem o papel da geografia para muito além daquilo que os alunos normalmente aprendem na escola, permitindo superar, definitivamente, a Geografia da *guerra* (de Lacoste), em direção às novas *geo-grafias*, pautadas na *geograficidade* dos fenômenos, como salienta C. W. P. Gonçalves (2003), Propomos, portanto, atuar buscando “recuperar o espaço para uma teoria social crítica” (GONÇALVES in SADER & CECEÑA, 2003, p. 256), e desde a Geografia de Conceição do Araguaia, para o avanço da leitura sobre as territorialidades (perspectiva pluralista) ante a geografia do território, fragmentadora (MOREIRA, 2006). Parafraseando M. Santos, queremos que docência nesta Universidade nos permita somar esforços para avançar da geografia banalizada, à geografia do *espaço banal*, no qual se dá nossa vivência e que é oposta à geografia do espaço efêmero, alheia a nossa existência

POSTURA ANTE O PRODUTIVISMO

O segundo texto que orienta nosso plano é o *Manifesto contra o produtivismo*, da Profa. Ana Fani Alessandri Carlos, do Departamento de Geografia da USP, um dos que mais forma profissionais, mestres e doutores no mundo, bem como um dos recordistas de publicações (esse dado é relevante em função, principalmente da crítica que autora faz). Carlos aponta o descaso de muitas escolas – dentre as quais a sua própria – para com a abordagem acima, demonstrando que o produtivismo simboliza uma “presença ilusória” na produção teórica (usando seus próprios termos), as quais tem estreita ligação com a permanência das rupturas internas, que apesar do quantitativo de trabalhos produzidos poucos resultados tem apresentado em termos de debate acadêmico teórico e metodológico.

A universidade espera resultados quantitativos, muitos artigos publicados, ninguém se pergunta ou questiona seus conteúdos, se guardam alguma possibilidade fecunda de conceber este mundo e nossa realidade desigual e dependente - muitas participações/organizações de congressos, seminários, workshops - não importa se com eles aprende-se algo, se depois de exporem seus trabalhos as pessoas se dão ao trabalho de permanecerem para o debate.” (CARLOS, s/p.)

Com isso, vemos que esta postura traz a geografia de volta ao paradigma de 2000, que a impede de formular e oferecer respostas efetivamente geográficas às grandes questões postas pela sociedade, uma vez que não está mais voltada para o debate, mas para a produção inócua, que não é necessariamente “produção teórica”, mas tende a se tornar repetição. Neste sentido, o manifesto solitário de Carlos se aproxima muito do escrito doze anos antes, por um grupo formado por geógrafos eminentes. No trecho a seguir destacamos a firmeza da posição assumida pela autora:

Estou absolutamente convicta do papel da Geografia na compreensão do mundo moderno, onde o espaço vem assumindo um protagonismo inédito na compreensão da realidade de hoje. Mas isto exige trabalho de pesquisa, reflexão, ambiente de debate. (CARLOS, 2012, s/p.)

A reflexão da professora Ana Fani Carlos, assim como M. Santos e seus colaboradores, mais de uma década depois, traz de volta questões que pareciam estar resolvidas, inclusive, devido a contribuições metodológicas relevantes vindas dos próprios autores. Assim como M. Santos e seus colaboradores, Carlos reafirma a importância da geografia e da atuação do geógrafo enquanto extremamente relevantes ao desenvolvimento da sociedade, seja por meio da docência no ensino básico, seja na participação em grandes projetos econômicos por meio de consultoria e ações de planejamento, colocando a questão da intervenção.

A falta de sentinela dos geógrafos traz de volta os perigos da fragmentação excessiva da disciplina, e com ela, a perda de coerência que tanto preocupou o grupo encabeçado por M. Santos, no início dos anos 2000. Alertavam à época que:

esse é um grande problema para a disciplina. Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e portanto passa a precisar cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares. (Santos et alli., 2000, s/p.)

OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES: ESTRATÉGIA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As questões tratadas nestes textos: intervenção técnica, desafios do ensino, sentido da pesquisa, afastamento entre o profissional e cidadão, são cruciais para a docência em

Geografia, qual seja o campo em pauta, e se fazem presentes no cotidiano de centenas de profissionais técnicos e docentes da educação básica e do ensino superior. Em comum, todos trabalham pressionados por resultados, expressos em hora-aula, relatórios, pareceres... A Geografia progride, mas “é esse progresso que queremos? (...) O afastamento cada vez maior entre o profissional [que não consegue imergir na realidade onde atua]; e o cidadão, que permanece passivo à geografia dos atores hegemônicos?”. Estas são suas conclusões centrais.

Para aqueles que estão diretamente envolvidos na produção do conhecimento geográfico, estas questões não podem ser perdidas de vista por um momento se quer, sob o risco de reiterarmos uma geografia tão fortemente criticada.

Para não cair na obsolescência apontada, é bastante razoável aderir à proposta dos dois autores escolhidos aqui, tanto por serem referenciais, como por que discutem e apresentam propostas bem razoáveis para o ensino, a pesquisa e a extensão, que pode ser resumida da seguinte forma:

a geografia deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial, sendo esta proposta um ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações. (SANTOS et alli., 2000, s/p.)

Do discurso até agora apresentado, com base nestes dois autores, principalmente, vislumbra-se a possibilidade de buscar conciliar uma atuação acadêmica que não perca esta concepção de vista, numa estratégia que visa estabelecer o máximo possível de vínculos com instituições junto às quais se possa internalizar o conhecimento geográfico como vivência, experiência, *práxis*.

Defender este princípio, o da quebra de paradigmas com a mesma firmeza com que os autores defendem suas propostas, as quais resultam da ampla experiência dos mesmos em um dos mais importantes departamentos de Geografia do Brasil e do mundo (USP), que pode por isso mesmo ser tomado como exemplo válido, respaldadas as imensas diferenças regionais que, no plano acadêmico, se traduzem em precariedade infraestrutural e de recursos financeiros destinados à pesquisa.

Estas são, portanto, as principais limitações que podem surgir para a construção de uma geografia ativa na Amazônia. Pode-se, contudo, superá-las instrumentalizando os alunos ao pensamento crítico e à produção *fecunda*, de modo a perceber que *a geografia está em toda parte*, como dizia La Blache. Para superar estas dificuldades deve-se ter por princípio contribuir efetivamente para a compreensão da configuração geográfica do espaço no qual

está circunscrita a atuação de curso de licenciatura, tendo em vista a formação de professores comprometidos com a transformação da realidade social do espaço-território onde potencialmente atuarão, composto de áreas florestais, ribeirinhas, e com populações camponesas, indígenas e extrativistas.

Neste sentido, da tríade *ensino, pesquisa e extensão* deve-se fazer trincheira em prol da contribuição efetiva e concreta dos geógrafos, contra a banalização da geografia e a *razão fragmentária*, segundo a qual:

a natureza de tão sensível, é concebida insensível; o homem, de tão complexo, é tornado abstração estatística; e o espaço geográfico, alienado, distanciado, é tido unicamente como meio de reprodução do capital, seja ele produtivo ou especulativo (MOREIRA, 2006, p. 28).

Com estas considerações em vista, apresentamos a seguir nossas propostas específicas para ensino, pesquisa e extensão:

I – Através do *Ensino*, discutir-se-á as teorias da geografia humana, tendo por referência as principais abordagens contemporâneas do conhecimento geográfico, através das aulas ministradas nas diferentes disciplinas que compõem a área (geografia urbana, agrária, econômica, regional, industrial, população, percepção, dentre outras). O conceito integrador de espaço e suas categorias permitirão a conexão entre as diferentes disciplinas, tendo em vista a organização do espaço, a regionalização e os processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização (estudados principalmente por R. Haesbaert).

Novas abordagens e tecnologias de ensino devem ser utilizadas, para além das já tradicionais aulas bibliográficas. Estas buscam uma aproximação às abordagens recentes sobre ensino x educação, de modo a acompanhar o progresso pedagógico e assegurar a realização de atividades dinâmicas, voltadas para o viés interpretativo. Neste sentido, fotografias, vídeos, obras de arte, músicas e atividades de campo serão privilegiadas, tendo em vista a crítica recentemente apresentada por MIRANDA (in Revista Terra Livre, 2009, p. 145), visando manter o interesse dos alunos com relação ao conteúdo e os temas das aulas.

Em acréscimo, podem ser desenvolvidos mapas temáticos, com uso de tecnologias digitais de cartografia livre, que possibilitem aos alunos vislumbrarem os principais conflitos tratados, tendo por foco mapear os conflitos sociais, como nos inúmeros casos pesquisados através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

II – No plano da *pesquisa*, devem ser fomentadas atividades de campo urbanas e rurais, voltada para a interpretação da realidade socioterritorial amazônica em geral, e de cada um

dos seus sistemas hidrográficos em particular. Por exemplo, a bacia dos rios Tocantins-Araguaia, região que nos inspiramos para a formulação desta proposta, trata-se de uma região marcada por conflitos das mais diversas ordens, todos eles repercutindo o avanço do capital sobre a região, que se situa numa área de transição entre cerrado e floresta amazônica, que se situa na região de *povoamento consolidado* (Becker, 2004), com forte avanço da fronteira agrícola e grande presença de “áreas degradadas” pela exploração madeireira, mineral e pastoril, principalmente.

Todas as regiões amazônicas guardam histórias territoriais peculiares, as quais devem ser objeto de atenta pesquisa geográfica. Além dos movimentos sociais de luta pela terra, são marcantes na Amazônia a presença de populações indígenas ribeirinhas e extrativistas, tanto em terras demarcadas quando por demarcar e muitos destes povos possuem relações bastante complexas ligações junto à sociedade regional, cujas *geograficidades* estão por serem investigadas. Pretende-se, pois, que sejam identificadas as estratégias geográficas adotadas pelos diferentes protagonistas da produção do espaço regional, amplificando suas lutas e realizando a crítica necessária.

A princípio identificamos dois atores principais de observação e pesquisa: o Estado, por meio das *políticas públicas* voltadas para a reprodução do capital; e os movimentos socioterritoriais, incluindo a formação de redes políticas, caso dos indígenas, mas também de produtores regionais, comerciantes e mesmo de grupos de políticos, como os que defenderam recentemente a divisão do estado do Pará, com a criação de duas novas Unidades da Federação.

Para abrigar estas discussões devem ser mobilizados esforços para criar, se a estrutura dos cursos possibilitar, *Observatórios de Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territorialidades*, grupos de estudos promoverão a participação acadêmica, privilegiando a interdisciplinaridade (por uma nova interdisciplinaridade, para além dos biologismos, etc) e a exploração de campos experimentais com os quais a Geografia tem limitada interação. A ideia dos observatórios é possibilitar o diálogo entre a Geografia e demais cursos de licenciatura.

Prioritariamente deve-se vislumbrar a participação de alunos dos cursos de graduação em Geografia, não havendo impedimento para a contribuição de áreas afins (pedagogia, licenciaturas, enfermagem, etc.). O foco dos observatórios, contudo, deverá ser orientado para pesquisas sobre a *periodização do território, a identificação dos processos recentes de urbanização e territorialização da Amazônia* pelo agronegócio e pelas fronteiras mineral e

hidrelétrica, e as configurações geográficas que deste modo são construídas. Este foco resulta da proposta de fidelidade conceitual à proposta de M. Santos e deve ser defendido, caso não se pretenda que os observatórios se desviem de sua finalidade teórica.

A realização de pesquisas conceituais de alto nível poderá ser viabilizada por meio de bolsas de fomento específicas (CNPq, FAPESPA, FAPEAM, Fundo Amazônia e outras), com a participação de monitores e pesquisadores de notável conhecimento, ainda que de outras instituições, buscando com isso discutir a realidade regional e formular respostas às questões apresentadas pela mesma. Estas deverão repercutir na produção de artigos para veiculação acadêmica, livros e encontros acadêmicos, não excluindo a possibilidade de idealização de revistas e boletins acadêmicos *fecundos* para viabilizar o conjunto da produção teórica. Na medida do possível, os observatórios deverão priorizar a aproximação com Associações Indígenas, Sindicatos e Associações de Pequenos Produtores e Movimentos Sociais de luta pela terra, bem como das diferentes esferas do poder público, viabilizando parcerias para a inserção dos alunos de Geografia nos setores de planejamento governamental e educacional, replicando a produção teórica nas escolas e esferas da intervenção estatal.

Os Observatórios deverão realizar esforços no sentido de que seus integrantes realizem publicações em revistas especializadas, marcadas por sua *fecundidade* (para usar o exato termo de Carlos). Deverão também buscar os meios para que seus integrantes possam participar de seminários, encontros e simpósios nacionais e internacionais relevantes para as reflexões em andamento e o enriquecimento de suas atividades; e, por fim, articular a vinda de autores expoentes para que possam interagir com os pesquisadores e discentes, o que poderá se dar em ocasiões oportunas, como aulas magnas ou conferências ao longo do semestre letivo, durante as atividades acadêmicas promovidas pelo grupo. Deverá ainda estabelecer convênios com outras instituições técnicas e científicas, viabilizando, intercâmbios estudantis e docentes, bem como pesquisas conjuntas.

III – No plano da *extensão* os observatórios deverão propor a realização de simpósios, seminários e outras atividades abertas, cujas discussões sejam do interesse imediato da sociedade local, uma vez que se estes debruçarão sobre seus problemas e sua realidade territorial. Estas atividades devem ter por objetivo aproximar a população em geral do universo acadêmico possibilitando o diálogo de saberes, explorando, no plano acadêmico, as possibilidades teóricas que emergem desta aproximação. Neste sentido, importante metodologia tem sido desenvolvida pela equipe do projeto Nova Cartografia Social da

Amazônia, que visa dar luz aos conflitos que emergem do avanço do capitalismo na Amazônia (Almeida, 2010). A universidade não é o local exclusivo da produção o conhecimento, no entanto, afirma A. F. Carlos (2012), “é seu local precípua”. A aproximação com outras matrizes de conhecimento não acadêmicas significa a aproximação de fontes de conhecimento e só pode enriquecer o conhecimento que é produzido arduamente pelos geógrafos e docentes da Geografia.

As exegeses dos trabalhos e atividades realizados por meio da pesquisa e da extensão deverão ser incorporadas nas aulas, dando sentido e valor à tríade acadêmica formada por pesquisa, ensino e extensão. Deverá ser utilizado o calendário acadêmico para a proposição de tais atividades. Dois anos (ou quatro semestres letivos) é um tempo bastante razoável para a formação e consolidação de observatórios como propomos, com realização de atividades periódicas e contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de uma geografia amazônica, que irá repercutir na melhoria da qualidade do ensino, através da formação de professores e profissionais críticos, capazes de refletir geograficamente a sociedade, ou seja, desde o ponto de vista de suas *geograficidades*.

Um último adendo se faz necessário para esclarecer nossa opção pela criação de *observatórios*, ao invés de laboratórios. Isto se deve à necessidade de pensar a realidade e a própria pesquisa de forma crítica, indo ao encontro da sociedade, e não fechando-se em núcleos laborais. Deste modo, o observatório faz da sociedade seu próprio ambiente laboral, desmistificando a pesquisa e o pesquisador e aproximando-os da realidade social, enquanto que os laboratórios geralmente delimitam alguns aspectos desta realidade e se fecham em torno dele. Portanto, a ideia de observatório tem está ligada à universalização do conhecimento.

Os quadros a seguir esboçam, de maneira mais objetiva, as atividades pensadas para alcançar os resultados pretendidos (Quadro 1) e os recursos necessários para conseguí-los (Quadro 2).

Quadro 1: Cronograma de Atividades Pensadas, com base na Tríade ensino, pesquisa e extensão.

Semestre	Atividades Gerais	Atividades Específicas
1º Semestre	Atividades em sala de aula, planejamento e pesquisa; Atividades de campo; * Apresentação de Projeto de Pesquisa a órgãos de fomento;	Solicitação de bolsas de iniciação à docência (PIBID/CNPq) para alunos (após seleção) que desejem realizar atividades junto aos professores regionais na perspectiva proposta pela pesquisa e bolsa (após seleção) de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) para alunos que desejem priorizar atividades junto

	<ul style="list-style-type: none"> * Apresentação de cronograma anual de participação em encontros, simpósios, congressos e seminários; * Criação de Grupo de Estudo (embrião do Observatório de Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territorialidades); 	<p>a movimentos sociais diversos;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Participação de docentes/pesquisadores em Encontros, simpósios ou seminários de Abrangência Nacional, com publicação de trabalho; Publicação de artigo acadêmico em revista indexada sobre temas afetos à Geografia; * Avaliação dos livros disponíveis na biblioteca do curso e proposta de aquisição de livros da área de Geografia, educação e afins;
2º Semestre	<ul style="list-style-type: none"> * Atividades em sala de aula e campo; * Início das atividades do observatório, elaboração de Projeto de Extensão; * Apresentação de Projeto de Extensão Comunitária, integrada à redes de tecnologia social, como as desenvolvidas no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, a ser desenvolvido no semestre nos dois semestres seguintes; 	<ul style="list-style-type: none"> * Seleção de monitores e bolsistas; Organização de Seminário e Lançamento do Observatório, com tema “A geografia na sala de aula e na caneta do planejador”. O tema visa dimensionar as múltiplas possibilidades de realização da Geografia. * Participação de docentes/pesquisadores* em Encontros, Simpósios ou Seminários de divulgação internacional com apresentação de trabalho(s); Publicação de artigo acadêmico em revista indexada, a partir das reflexões acadêmicas do semestre anterior;
3º Semestre	<ul style="list-style-type: none"> * Atividades em sala de aula e campo; Atividade docente e pesquisa de campo 	<ul style="list-style-type: none"> * Este semestre pode-se iniciar com um projeto de pesquisa em curso e outro projeto por ser encaminhado; Um Projeto de Pesquisa voltado para a periodização em Geografia urbana, narrando a histórias das cidades amazônicas; um segundo projeto, de Extensão, que viabilize a inserção da Universidade na realidade local; * Participação de docentes/pesquisadores em encontros de abrangência nacional com apresentação de trabalho; realização de palestras e debates ao longo do semestre letivo; publicação de artigo acadêmico em revista indexada, com as reflexões desenvolvidas até este momento;
4º Semestre	<ul style="list-style-type: none"> * Atividade docente, pesquisa e extensão * Realização do I Encontro do Observatório, com certificação para participantes; 	<ul style="list-style-type: none"> * Este semestre deverá consolidar a atividade, com a repercussão das ideias e conceitos elaborados pelo Grupo de Pesquisa e a possibilidade de uma publicação específica, com os resultados obtidos dos Projetos de Pesquisa e Extensão conduzidos até então;

		* Participação de docentes/pesquisadores em encontro, simpósio ou seminário de nível internacional, (com apresentação de trabalho); Publicação de Artigo em revista indexada.
--	--	--

* Por pesquisadores subentende-se os discentes participantes dos observatórios.

Quadro 2: Recursos necessários à execução da proposta.

Recursos	Objetivo	Semestre
Passagens aéreas, terrestres e fluviais	Viabilizar a participação/realização de eventos técnico-científicos no Brasil e no exterior.	I, II, III e IV
Locação de ônibus ou van (a depender do número de alunos)	Realização de Atividades de Campo – Disciplinas: Geografia Regional, Urbana e Política, dentre outras.	I, II, III e IV
Ajuda de Custo	Viabilizar a participação/realização de eventos técnico-científicos no Brasil e no exterior.	I, II, III e IV
Bolsas de Fomento (Monitoria, PIBID e PIBIC)	Apoio aos estudantes e à pesquisa, intercâmbio acadêmico e estudantil.	II, III e IV
Aquisição de livros e equipamentos	Com a finalidade de melhorar a qualidade e a estrutura acadêmica, proporcionando melhor aprendizado.	II, III, IV
Recursos para organização de publicações e eventos	Divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório; (folders, cartazes, camisetas, material de papelaria em geral, transporte e combustível)	IV

CONCLUSÃO

Apesar do risco de elaborar um plano de trabalho sem conhecer devidamente as instalações e recursos disponíveis, é bastante possível a execução da proposta apresentada por docentes comprometidos com o desenvolvimento da Geografia enquanto campo disciplinar na Amazônia, de modo a oferecer ao professores formados nesta área subsídios críticos para a interpretação/intervenção na/da realidade na qual atuarão. Como afirma CARLOS,

penso que nosso papel na universidade é o de ensinar formando cidadãos, criando condições, dando-lhes ferramentas para construir essa interpretação. Mas, sem uma pesquisa que se debruce sobre a realidade, sem uma reflexão profunda e sem fundamento, exigidos pelo árduo trabalho de "gabinete", o que vamos ensinar-lhes?

A expectativa que alimentamos ao realizar tal proposta pode ser traduzida nas palavras de M. Santos:

Quando o esquema interpretativo da sociedade próprio à nossa província do saber dá conta da realidade concreta em sua totalidade ele pode ser o fundamento da

construção de um discurso novo para a ação política dos atores sociais responsáveis por sua prática, tais como partidos políticos, movimentos sociais, instituições etc. Um discurso socialmente eficaz pode ser o conteúdo, a base de intervenções "sistêmicas" na sociedade, em diferentes níveis do exercício da política, entre os quais, o mais abrangente seria a contribuição para a elaboração de um projeto nacional, comprometido com a transformação da sociedade em benefício da maioria da população do país." (SANTOS et alli., 2000)

A geografia, enquanto área do conhecimento tem conhecido significativos progressos neste limiar de século XXI. Igualmente, os padrões de organização territorial, nosso objeto central de estudo, tem conhecido significativas mudanças, decorrentes dos processos cada vez mais incisivos de intervenção no espaço. Na Amazônia, dada à dimensão do ambiente florestal e seus diferentes ecossistemas, estas mudanças no padrão de territorialização, marcadas pelo alcance do agronegócio, pela atividade mineraria e hidrelétrica, e mais recentemente, pela descoberta do turismo e dos patrimônios genéticos e culturais tem obrigado a constantes mudanças epistemológicas, colocando no conjunto da sociedade o foco de nossa atuação.

É preciso formar profissionais conscientes e aptos a interpretar esta realidade de maneira crítica e autônoma, afim de que possam atuar efetivamente como interlocutores em defesa da sociedade e para o bem desta fronteira tecno-ecológica (como afirmava a saudosa geógrafa B. Becker) que é a Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARLOS, A. F. A. *Manifesto contra o produtivismo, um protesto solitário*, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, UFF (divulgação eletrônica: <http://www.posgeo.uff.br/contra-o-produtivismo-um-protesto-solitario-ana-fani>, acesso em 4 de fevereiro de 2013).

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. Geografia em fim de século: descortinando ilusões e sonhos. In. *Explorações Geográficas: percursos no final do século* (p. 190-215), Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In. CECENÃ, Ana Esther & SADER, Emir. *La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial* (p. 217-256), CLACSO, Buenos Aires: 2004.

HAESBART, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Ed, Bertrand Brasil, 2007. 386p.

LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Ed. Papirus, 1989.

MIRANDA, S. O desenho como mapa e a educação conservadora no Ensino de geografia. In: *Revista Terra Livre* (p.139-54) , Ano 25, Vol. 2, Nº. 33, Associação Nacional dos Geógrafos, São Paulo: jan-jun de 2009.

MOREIRA, R. *Para onde vai o conhecimento geográfico?* Ed. Ática, São Paulo: 2006.

SANTOS, M. et alli. O papel ativo da geografia: um manifesto”. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Nº 270, Barcelona: 2001 (disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-270.htm>, acesso em 4 de fevereiro de 2013).

ALMEIDA, A. W. B. *Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan- Amazônia*. Manaus: Projeto nova cartografia social da Amazônia/UEA edições, 2010.

Artigo Recebido em: 17 de junho de 2014.
Artigo Aprovado em: 27 de junho de 2014.